

# GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITOS E DETERMINAÇÕES EM CONTEXTO SOCIAL

## *GENDER, GENDER IDENTITY AND SEXUALITY: CONCEPTS AND DETERMINATIONS IN SOCIAL CONTEXT*

Marllon Caceres Gonçalves<sup>1</sup> , Josiane Peres Gonçalves<sup>1</sup> 

### RESUMO

Este estudo tem por finalidade a investigação sobre as relações sociais que atuam e determinam os significados de gênero, identidade de gênero e sexualidade, se respaldando em como o processo da educação escolarizada se posiciona e atua na relação com o trato destes conceitos em sua estruturação. Presentes aqui, mediante a realização de um levantamento bibliográfico, as definições, que norteiam e executam a manutenção dos conceitos de: gênero, como construído culturalmente e não ligado a sexo biológico; identidade de gênero, os modos de cada Ser se realizar nos contextos sociais dos papéis masculino ou feminino da cultura que o rodeia; e sexualidade, expressada pelos desejos e afetividades individuais. Estas definições apontam que a presença e o convívio com a multiplicidade sejam de gênero, identidade de gênero e sexualidade, habitua e constrói o respeito e dignifica a forma de compreensão destes diferentes conceitos vividos em um contexto social e através da compreensão da existência da opressão contra a diversidade e a busca da garantia de uma norma operante há a possibilidade do processo de aprendizagem da existência da multiplicidade e das diferenças.

**Palavras-chave:** Gênero. Identidade de gênero. Sexualidade. Homossexualidade. Educação.

### ABSTRACT

This study aims to investigate the social relations that act and determine the meanings of gender, gender identity and sexuality, supporting the way the process of schooled education is positioned and acts in relation to the treatment of these concepts in its structuring. Present here, by conducting a bibliographic survey, the definitions that guide and perform the maintenance of the concepts of: gender, as culturally constructed and not linked to biological sex; gender identity, the ways in which each Being takes place in the social contexts of the masculine or feminine roles of the surrounding culture; and sexuality, expressed by individual desires and affectivities. These definitions point out that the presence and coexistence with multiplicity are of gender, gender identity and sexuality, habituates and builds respect and dignifies the way of understanding these different concepts lived in a social context and through the understanding of the existence of oppression. Against diversity and the search for the guarantee of a working norm there is the possibility of the learning process of the existence of multiplicity and differences.

**Keywords:** Gender. Gender identity. Sexuality. Homosexuality. Education.

<sup>1</sup> UFMS/PPGEdu

Autor Correspondente: Marllon Caceres Gonçalves  
E-mail: [marllon.caceres@gmail.com](mailto:marllon.caceres@gmail.com)

Recebido em 26 de Novembro de 2019 | Aceito em 15 de Abril de 2021.



## 1 Introdução

Para iniciar as reflexões é importante apresentar a delimitação de alguns conceitos-chaves que irão guiar e respaldar toda a construção e desenvolvimento desta pesquisa. Estes conceitos referem-se às definições do que compreendemos por gênero, identidade de gênero e orientação sexual (sexualidade) e a interface desses conceitos com a área da Educação.

Assim, apresentamos, primeiramente, as noções e definições de gênero, denotando que o mesmo não atende somente aos ideais de gênero ligados e vinculados a sexo genital, pois “[...] sexo está vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia) e gênero tem relação com a cultura (psicologia, sociologia, incluindo aqui todo aprendizado vivido desde o nascimento)” (Piscitelli, 2009. p.124). Trabalharemos, então, com as construções sociais acerca das definições de gênero, no sentido de que ao

Falar de gênero é “falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e, de outro, no fato da cultura, da história, da sociedade, da ideologia e da religião desse caráter biológico”. Nesse sentido o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social e intervir nela (Boff & Muraro, 2002. p.18).

Consequentemente, falar sobre determinações e construções de gênero representa o que se têm constituído em determinado momento em uma sociedade sobre as definições deste conceito, trazendo a luz assim, quais imposições se fazem sob cada sujeito social antes mesmo do nascimento e quais as expectativas que são deturpadas quando não se atingem ou cumpram o que se é imposto a cada gênero e suas coerções que almejam serem atendidas em contexto social.

Dessa forma, gênero “[...] está no plano da cultura, dos hábitos e dos aprendizados, não deriva dos genitais que ‘permanecem’ à natureza, à biologia” (Piscitelli, 2009. p.124). Ou seja, no que representa um papel masculino e um papel feminino no plano cultural de uma sociedade.

Cientes também da consciência dos atores sociais sobre si e o seu reconhecimento ou identificação com determinado gênero, nos torna relevante pautar também as definições de identidade de gênero, pois se os corpos ganham sentido socialmente, como afirma Louro (2000), os mesmos podem se identificar ou não com seu sexo biológico.

Assim, encontramos outro conceito relevante do atual levantamento, identidade de gênero, entendido pelas possibilidades dos seres humanos de reconhecerem a si como pertinentes, ou não, de determinado gênero ou de possuírem características femininas ou masculinas, sem que deixem de pertencer ao que se constitui por homem ou mulher.

Logo, entendemos identidade por “[...] uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2014. p.12). Evidenciando assim, que além de buscar moldar gêneros, as condições sociais, interferem também nas construções identitárias dos corpos.

É importante também neste momento compreender que os corpos podem ser alterados enquanto suas origens biológicas e que as definições de gênero no momento atual compreendem também o binarismo de transgêneros e cisgêneros. E quando buscamos “[...] falar de gênero não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino. É necessário incluir todas essas categorias de pessoas” (Piscitelli, 2009. p.145).

Ainda em concordância com a autora, transgêneros são entendidos como homens ou mulheres que nasceram em determinado sexo biológico, mas que se identificam identitariamente e psicologicamente com o sexo oposto. Já os cisgêneros nascem em determinado sexo biológico e se identificam com as construções sociais que são correspondentes a tal gênero.

E neste sentido, “[...] reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Louro, 2000. p.9), é reconhecer a si como pertinente a definição do papel de homem ou de mulher, de cis ou transgênero.

Pois concordamos aqui que “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Hall, 2014. p.24). Ou seja, nos formamos e nos identificamos por quem somos ao longo de nosso desenvolvimento, levando em consideração que nos identificamos com determinado gênero, nos constituímos por nossas identidades de gênero e nos relacionamos em questões afetivas através de nossas sexualidades.

Para a autora Louro (2014), nos torna conveniente relembrar que gênero e sexualidade são conceituações di-

ferentes, o primeiro refere-se à condição social pela qual podemos nos identificar como homem ou mulher, o segundo são as formas culturais pelas quais vivemos nossos desejos e prazeres.

Por meio deste esboço inicial, salientamos que o presente artigo busca integrar parte da construção de capítulo da pesquisa de mestrado em Educação que irá abordar a temática sobre a homossexualidade, uma das possibilidades de sexualidade humana, de docentes do gênero masculino e quais as possibilidades da prática docente em relação aos conceitos abordados anteriormente.

## 2 Desenvolvimento

Através das possibilidades conceituais até então levantadas, acreditamos que a Educação, em destaque aqui a escolarizada, serve como mecanismo de controle social. Que forma sujeitos dentro de moldes estabelecidos dentro de paradigmas que atendam a uma maioria social, que responda a uma normalidade. E é neste sentido que

A heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto (Louro, 2000, p.13).

Porque neste aspecto de uma concepção de normalidade heterossexual, constrói-se a homossexualidade como “[...] uma identidade estigmatizante que compreendia proliferação de doenças, pecado, sodomia, comportamentos perversos, aberrações da natureza” (Kern & Silva, 2009. p.509), buscando assim que os sujeitos atendam a essa normalidade e não tendam ao lado das anomalias.

Espera-se que o espaço escolar tenha a possibilidade de construir sujeitos que atendam a essas definições, compreendidas como normais “naturais” carregadas e propagadas culturalmente, mesmo que as mesmas discriminem e ocultem a existência de outras formas de ser. Pois neste sentido,

Não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais – nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve (Louro, 2014, p.85).

Para que assim se garanta e se legitime, que se supra a necessidade de que àqueles e àquelas que estão sendo formados, sejam de acordo com as imposições sociais que nos interpelam em todas as nossas fases de desenvolvimento.

Cabe, então, compreender que sexualidade deve ser fomento de problematização não somente na sala de aula, mas que a possibilidade da existência de professores homossexuais possa dignificar a compreensão das diferentes sexualidades, porque ao falarmos de sexualidade temos como

[...] discutir valores, normas sociais e cultura; debater sexualidade é buscar compreender as versões individuais que temos de um tema que é social. Dar sentido à “sexualidade de cada um” implica tomá-la como uma construção histórica no âmbito das relações sociais, relacionadas às formas de vida e às necessidades que a humanidade encontrou e/ou construiu (Kahhale, 2007. p.189).

E as construções históricas apontam que “[...] os homossexuais são um dos mais odiados grupos sociais minoritários.” (Kern & Silva, 2009. p.509), atribuindo à homossexualidade como uma vergonha, uma proliferação de doenças, um estigma de anomalia social. E é neste sentido que

[...] a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento, mantêm-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância (Louro, 2000. p.24).

Desconhecimento e ignorância que garantem e propagam estereótipos de um sistema social, um sistema educacional que busca ocultar e silenciar a existência das diferenças. Não somente atentando-se a quem está se formando, mas garantindo que, em acordo com Louro (2014), o processo de formação de meninos e meninas, novos sujeitos sociais tragam atenção redobrada sobre aqueles que serão seus formadores e formadoras.

Ou seja, sob a ótica de um processo educacional que visa a garantia e propagação das normatividades sobre gênero e sexualidade, a atenção se redobra sobre aqueles e aquelas que irão garantir que as normas do binarismo e heteronormatividade venham a ser contempladas por um processo educacional de desconhecimento e ignorância.

Sabemos também que “[...] a forma como cada um ensina está intimamente ligada e dependente do que somos

como pessoa ao exercemos nosso ofício de professor.” (Amorim & Fernandes, 2017. p.4615). Portanto, não há como deixarmos de lado nossa identidade, nossa sexualidade e “atuar” como uma normalidade para que possa encontrar-se com a manutenção do desconhecimento e da ignorância.

Pois, segundo Louro (2014), a ocultação ou negação da presença da homossexualidade teria por objetivo evitar que discentes tidos por “normais”, ou que atendam a esperada heterossexualidade, não reconheçam as diferenças, a homossexualidade, para que seja uma forma de existir a garantia da norma vigente. Torna evidente também que a preocupação e vigilância não se faz presente apenas sobre os docentes, mas a todos que convivem na escola.

Deste modo, esta prática de repressão, se propaga pela homofobia, rejeição, e reprovação à homossexualidade. E no contexto escolar,

[...] a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (Louro, 2000. p.22-23).

Cabe, então, o entendimento que, de maneira explícita ou implícita, “[...] o universo escolar reproduz os preconceitos da sociedade e, na tentativa de evitar o convívio dos alunos heterossexuais, com pessoas homossexuais, faz da homossexualidade o maior alvo da discriminação” (Molina & Figueiró, 2012. p.58), continuando assim a reproduzir os princípios da homofobia, acima abordado.

Um exemplo disto, pode se expressar pelas ideias de que, em concordância com Louro (2000), nos processos de formações se aprendam e se retenham aquisições de piadas, gozações, apelidos, gestos para se dirigirem e referenciar todos aqueles e aquelas que não se ajustam ou contemplem os padrões de gênero e sexualidade aceitos e propagados na cultura em que se vivem.

Logo, assim que se expressam a garantia dos preconceitos como caminho mais “fácil” do que o questionamento sobre qual é de fato sua origem, qual a validade das discriminações e qual seria a imposição que torna as diferenças - de gênero, orientação sexual, identidade de gênero – uma fuga das regras coercitivas presentes na sociedade.

E atendendo a essa perspectiva discriminatória, a escola muitas vezes se posiciona contrária a presença de professores homossexuais em seu corpo docente, para que

a ocultação e o silenciamento garanta a distância com a mesma, porque se se admite a existência e manutenção de seus preconceitos, isto implicaria que seus sujeitos viessem a viver a

[...] renúncia de seus mitos, tão caros a eles. O mito de sua “superioridade”, o mito de sua pureza de alma, o mito de suas virtudes, o mito de seu saber, o mito de que sua tarefa é salvar os pobres. O mito da inferioridade do povo, o mito de sua impureza, não só espiritual, mas física, o mito de sua ignorância absoluta (Freire, 1981. p.96).

Tratamos aqui então do posicionamento da heteronormatividade<sup>1</sup> vigente, em face de tratar os sujeitos homossexuais como inferiores, como anomalias, com o posicionamento discriminatório que afasta a possibilidade de problematização e construção de reflexões sobre as diferenças em âmbito educacional. E, principalmente, na busca, geralmente imposta socialmente, pela padronização de identidades que atendam e realizem as regras de se constituir como homem ou como mulher em contexto social.

É por considerar estas “verdades” postas que devemos “[...] duvidar dessas verdades e certezas sobre os corpos e a sexualidade, que vale a pena pôr em questão como eles costumam ser pensados e as formas como identidades e práticas têm sido consagradas ou marginalizadas” (Louro, 2000, p.22-23).

Como pensar as práticas buscam a normalidade, que se atenda a uma norma hegemônica, influencia todas as extensões sociais, incluindo a Educação e o convívio escolar, mas se temos ciência de nossa existência plural, do reconhecimento da diferença encontramos a possibilidade de resistir a uma historicidade que continua a oprimir e discriminar a existência da homossexualidade.

### 3 Considerações finais

Neste momento, as considerações longe de serem finais, apresentam até o momento, com base nos teóricos abordados, a homossexualidade como oprimida socialmente, porque as pessoas

[...] que assumem uma orientação homossexual, assumem uma identidade não aprovada socialmente. Ainda hoje, quando se vivencia a liberdade de ser, de ir e vir, a homossexualidade preserva uma identidade “camuflada” e muitos destes, não ousam revelar-se, com o receio do preconceito gerador da

<sup>1</sup> Termo em concordância com Molina e Figueiró (2012), sobre a obsessão como a sexualidade normatizante sendo a heterossexual.

exclusão na família, na escola, no mundo do trabalho e nos grupos sociais (Kern & Silva, 2009. p.512).

A exclusão que permeia todas as extensões sociais, que seleciona e distribui papéis que serão executados pelos atores sociais. E até o momento ainda há repressões à homossexualidade, principalmente quando os sujeitos homossexuais são professores.

Assim, entendemos que os mesmos apresentarão riscos à formação e propagação da “normalidade” e para que se mantenha uma profissão, pode surgir à assunção de uma identidade camuflada, pois declarar certa identidade é “[...] um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar o alto preço da estigmatização” (Louro, 2000, p.24).

Preço pago por sujeitos que se encontram oprimidos, no sentido de que “[...] as pessoas têm dificuldade de incorporar novas formas de representações sociais e, portanto, de comportamentos” (Gonçalves, 2017. p.7), e, é neste sentido que há a dificuldade de aceitação da homossexualidade, pois há muito tempo se reprime a mesma. Cabe neste momento expor que,

[...] nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma” (Louro, 2014. p.72).

É importante ressaltar também que buscamos na escola um espaço de possibilidade de respeito às diferenças, de forma digna de vida humana e das múltiplas possibilidades de se existir, construir “[...] um espaço amplo de expressão das diversas possibilidades humanas em relação à sexualidade e gênero mantendo um ambiente diverso em que alunos, professores e outros participantes do processo educativo possam manifestar-se de maneira livre.” (Nemi Neto, 2015. p.29).

E são, portanto, essas possibilidades de construção de um local onde vejamos e existimos nas diferenças, que dignifique e respeite as formas de vida e suas construções de seus sujeitos, que falamos que a educação escolar

[...] não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável (Freire, 2000. p.27).

Então reconhecemos, que o sistema atual não inclui a todos, que este sistema não basta. Pois, as formas de ser são múltiplas para que se atenda apenas a uma norma. A presença e o convívio com a diversidade sejam de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, habitua e constrói o respeito e dignifica a forma de vida destes sujeitos diferentes. A diferença existe a nossa volta, não cabe a nós selecionarmos espaços onde a mesma tenha direito de ir e vir.

Portanto,

Faz-se necessário reconhecer e valorizar a capacidade humana e antes de tudo, entender a existência do humano como ser presente nas relações, numa crença de que este se autocalifica para sua própria realização. Pode parecer fácil apresentar um discurso que defende a valorização da capacidade humana, mas quando se está diante de pessoas rotuladas com preconceitos, esquecidas e marginalizadas sofrendo a exclusão social, o valor da vida cria limites, principalmente quando estamos falando da homossexualidade e suas representações sociais. (Kern & Silva, 2009.p.508-509).

Limites que se tornam claros ao se identificar como homossexual em uma sociedade historicamente opressora e esta mesma que dispõe ao seu alcance de inúmeros mecanismos que visam enquadrar e conseguir que uma maioria atenda, viva e execute suas imposições.

Quando dizemos que o sistema escolar não inclui a todos e o mesmo não basta, principalmente em face da dignificação à existência da sexualidade de sujeitos homossexuais, esta postura

[...] exigirá das escolas e dos sistemas de ensino o desenvolvimento de políticas de formação centradas nas dimensões pessoal e profissional do professor, mais especificamente as que tomam as histórias de vida e as narrativas docentes como eixos de formação, visto que podem contribuir para construção de modos de trabalho e desenvolvimento de projetos de ensino que mobilizam múltiplas linguagens nos processos de conhecimento e aprendizagens na sala de aula. (Souza, 2015. p.209).

A vivência de quem existe e se constrói cotidianamente dentro da opressão serve de base para que as desigualdades sirvam de processo de aprendizagem da multiplicidade e das diferenças. Pois não nos despidamos de quem somos no exercício da função docente, tampouco o posicionamento da ignorância à homossexualidade por e pela escola é correto, porque a mesma se encontra na escola, nos sujeitos que permeiam suas estruturas e a constituem.



## Referências

- Amorim, A. D. & Fernandes, M. J. S. (2017). A prática docente e a construção da identidade profissional do professor [Artigo completo]. Anais, Congresso Nacional de Educação - Educere. (pp.4612-4626).
- Boff, L. & Muraro, R. M. (2002). O gênero na crise da cultura dominante e na emergência de um novo paradigma civilizacional. In: Boff, L. & Muraro, R. M. (Org.), *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. (pp.17-28). Rio de Janeiro: Editora Sextante.
- Freire, P. (2000). Educação e esperança. In: Freire, P. (Org.), *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. (pp.51-54). São Paulo: Editora UNESP.
- Freire, P. (1981). O papel educativo das igrejas na América Latina. In: Freire, P. (Org.), *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. (pp.95-114). Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Gonçalves, J. P. (2017). Representações de homens do magistério sobre homens no magistério. *Revista de estudios e investigación en psicología y educación*, 4(1), 1–9.
- Hall, S. (2014). A identidade em questão. In: Hall, S. (Org.), *A identidade cultural na pós-modernidade*. (pp.9-16). Rio de Janeiro: Lamparina editora.
- Hall, Stuart. (2014). Nascimento e morte do sujeito moderno. In: Hall, S. (Org.), *A identidade cultural na pós-modernidade*. (pp.17-28). Rio de Janeiro: Lamparina editora.
- Kahhale, E. M. P. (2007). Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva em psicologia*. (pp.179-191). São Paulo: Cortez.
- Kern, F. A. & Silva, A. L. (2009) A homossexualidade de frente pro espelho. *PSICO*, 40(4), 508-515.
- Louro, G. L. (2014). A construção escolar das diferenças. In: Louro, G. L. (Org.). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. (pp.61-92). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louro, G. L. (2014). O gênero da docência. In: Louro, G. L. (Org.). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. (pp.93-114). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In: Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (pp.7-45) Belo Horizonte: Autêntica.
- Molina, L. & Figueiró, M. N. D. (2012). Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar. *Revista Ibero-Americana de estudos em educação*, 7(2), 58-77.
- Nemi Neto, J. (2015). Questões de identidade(s) de gênero(s) e orientação sexual: uma abordagem através da pedagogia *queer*. *Revista espaço acadêmico*, 14(168), 27-34.
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, H. B. & Szwako, J. (Org.). *Diferenças, igualdade*. (pp.116-150). Campinas: Berleandis.
- Souza, E. C. (2015). Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. *Conjectura: Filos. Educ.*, 20(especial), 198 – 220.